

- a. Placa
b. Chassi
c. RENAVAN
d. Marca/modelo
e. Ano de fabricação
f. Ano Modelo
g. Espécie/tipo
h. Carroceria
i. Capacidade de passageiros, incluindo-se o condutor
f. Cor
2)Dados do Proprietário
a. Nome
b. CPF/CNPJ
c. Endereço
d. Informações de alienação / arrendamento
3)Status do Veículo (com a descrição “aprovado”; nas hipóteses de aprovação; nos demais casos, não deverá ser emitido o Certificado, devendo a entidade disponibilizar um relatório ao interessado com as inconformidades que deverão ser sanadas)
4)Relatório detalhado, contendo no mínimo:
a. Relação dos itens inspecionados;
b. Imagens do veículo, com data e hora da inspeção:
I. Laterais;
II. Frontal;
III. Traseira, que permita observar o veículo posicionado na linha de inspeção mecanizada;
IV. Placa;
IV. Numeração do Chassi;
VI. Interior do veículo, retirada da parte traseira para a parte frontal.
VII. Interior do veículo, retirada da parte frontal para a parte traseira;
VIII. Eixo e pneus dianteiros do veículo;
IX. Eixo e pneus traseiros do veículo.
c. Resultados obtidos na linha de inspeção mecanizada;

d. Informações quanto à referência dos requisitos legais e ao cumprimento da legislação de trânsito e específica de transporte escola.
5)Parecer
6)Conclusão
7)Data e local da inspeção
8)Identificação, número do registro profissional e assinatura do responsável técnico legalmente habilitado
Cod. Mat.: 683392

Secretarias de Estado

Administração Prisional e Socioeducativa

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA torna pública a APLICAÇÃO DE PENALIDADE. Decisão: O Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do Processo Administrativo SJC 00015956/2020, **RESOLVE** aplicar à empresa JCL Construção e Representações ME, CNPJ nº 03.958.256/0001-02, as penalidades de MULTA e 20% sobre o valor do contrato, conforme previsão legal no item III do inciso II da Cláusula Oitava do Contrato nº 063/SJC/2018, no inciso III do artigo 110 do Decreto Estadual 2.617, de 16 de setembro de 2009 e inciso II do artigo 87 da Lei 8.666/93, no valor de R\$ 109.931,43 (cento e nove mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e três centavos) e Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração pelo período de 12 meses, com base no item V do inciso III da Cláusula Oitava do Contrato 063/SJC/2018, no inciso V do artigo 111 do Decreto Estadual 2.617, de 16 de setembro de 2009 e no inciso II do artigo 87 da Lei 8.666/93.

Cod. Mat.: 683498

Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural

Portaria SAR nº 21/2020, de 03 /08/2020.

O Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 74, III, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e art. 106, §2º, I, da Lei Complementar nº 741, de 2019, **Considerando** a deliberação tomada em reunião de 25/09/2018 do Comitê Estadual de Prevenção da Febre Aftosa, instituído pela Portaria Conjunta SAR/SFA-SC nº 1/2018, de 13/07/2018, **RESOLVE: Art. 1º.** Atualizar a constituição do Grupo Técnico para Gestão e Execução do Plano

Estratégico do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PNEFA) no Estado de Santa Catarina, conforme nominata abaixo: **I – DANIELA CARNEIRO DO CARMO**, representando a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural (SAR); **II – DIEGO RODRIGO TORRES SEVERO**, representando a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC); **III – ROBERTO HAUSEN MESSERSCHMIDT**, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina; **IV – LUIZINHO CARON**, representando a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Suínos e Aves); **V – JOSÉ LEONE GOMES FILHO**, representando o Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária (ICASA); **VI – ANTÔNIO MARCOS PAGANI DE SOUZA**, representando a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC). **Art. 2º.** Fica revogada a Portaria SAR nº 28, de 25 de outubro de 2018. **Art. 4º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
RICARDO DE GOUVÊA
SECRETÁRIO DE ESTADO

Cod. Mat.: 683405

Desenvolvimento Econômico Sustentável

PORTARIA Nº 001/PROCON/SC, de 08.03.2020 **TIAGO SILVA MUSSI** no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE DESIGNAR** de acordo com o artigo 10 do decreto nº 2181, de 20 de março de 1997, vinculado à Diretoria de Relação e Defesa do Consumidor, - PROCON/SC, para Exercer a função de **AGENTE FISCAL DE RELAÇÃO DE CONSUMO**, o servidor abaixo relacionado:

NOME	MATRICULA
Aladir Aduci Pereira	913999-0

TIAGO SILVA MUSSI
Diretor PROCON/SC

Cod. Mat.: 683434

Estado de Santa Catarina – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDE, representada pelo Conselho Estadual de Combate à Pirataria – CECOP/SC e a UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS) – Extrato do Acordo de Cooperação nº 007/2020: O presente Acordo de Cooperação objetiva a promoção e coordenação de ações de enfrentamento à pirataria, colaborando com a formulação e proposição de plano estadual para a prevenção e o combate à pirataria, à sonegação fiscal dela decorrente e aos delitos contra a propriedade intelectual. **CLÁUSULA QUARTA:** O presente Acordo de Cooperação tem a vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado a critério das partes, mediante Termo Aditivo. Florianópolis, 04 de Agosto de 2020. (DSUST 2728/2020)

Cod. Mat.: 683476

Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SED. EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA AUTORIZAÇÃO Nº 2019/008215. REFERENTE AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 2020/TR 1009. O Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SED, e o Município de **CAMPO ERÊ/SC. OBJETO:** Transferência de recursos financeiros, fundamentada na LDO do corrente exercício, na Lei Federal nº 8.666, de 21/7/1993 e nas suas alterações posteriores, na LC nº 101 de 04/05/2011, na Lei nº 16.292 de 20/12/2013, no Decreto nº 127 de 30/03/2011 e na IN TC – 14 de 22/06/2012, para a reforma dos Centros de Educação Anjo da Guarda e João Telles Padilha do município. Para a execução serão disponibilizados recursos em conta bancária específica ativada pela parceria. Sendo **R\$ 366.655,53** (trezentos e sessenta e seis mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), repassado pela SED em parcela única, correndo as despesas ao **NE nº 9281/2020, Item Orçamentário 45001, Elemento de Despesa 44.40.42, Unidade Gestora 45001-001, Fonte 100, Subação 14227, e R\$ 122,07** (cento e vinte e dois reais e sete centavos) pelo município a título de contra partida. **Valor Total R\$ 366.777,60** (trezentos e sessenta e seis mil setecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos). Os recursos serão disponibilizados conforme Plano de Trabalho Anexo 1, parte integrante deste convênio. **PRazo DE VIGÊNCIA:** a partir da data de publicação deste extrato no DOE/SC até 31 de dezembro de 2020, podendo ser alterado mediante Termo Aditivo no prazo de mínimo 30 (trinta) dias antes do término da vigência

do convênio, conforme legislação vigente. **DATA:** Florianópolis, 10 de julho de 2020. **SIGNATÁRIOS: Natalino Uggioni**, pela SED, e **Odilon Vicente de Lima**, pelo município. LZ/SCC
Cod. Mat.: 683348

Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA Nº 198/SEF – 04.08.2020

Divulga os Municípios beneficiados e os respectivos montantes a serem repassados pelo Estado a título do pagamento de emendas parlamentares impositivas, fixa prazos de repasse e adota outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no § 2º do art. 106 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019 e no § 1º do art. 120-C da Constituição Estadual;

Considerando que a Emenda Constitucional nº 78, de 1º de julho de 2020, que acrescentou o artigo 120-C à Constituição do Estado de Santa Catarina determinou que a partir da Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2018 as emendas parlamentares impositivas previstas no § 9º do art. 120 serão consideradas transferências especiais, nos termos que dispõe o inciso I do art. 166-A da Constituição Federal;

Considerando que as transferências especiais dispensam a celebração de convênio e a apresentação de plano de trabalho ou de instrumento congênere conforme dispõe o § 1º do art. 120-C da Constituição do Estado; e

Considerando a necessidade de dar publicidade da transferência de recursos pelo Poder Executivo do Estado aos Municípios beneficiados por emendas parlamentares impositivas, **RESOLVE:**

Art. 1º Divulgar nos termos dos Anexos I, II e III desta Portaria as emendas parlamentares impositivas estaduais do exercício de 2020 aos Municípios beneficiados, em conformidade com a Lei nº 17.875, de 26 de dezembro de 2019, os respectivos valores e o calendário de repasse, na forma de transferências especiais que trata o art. 120-C da Constituição do Estado de Santa Catarina.

§ 1º As transferências especiais, conforme disposição do art. 166-A da Constituição Federal, serão repassadas diretamente ao Município beneficiado, independente da celebração de convênio ou de instrumento congênere, pertencerão ao ente federativo no ato da efetiva transferência financeira, serão aplicadas em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo Municipal beneficiado, conforme emenda constante no Anexo das Emendas Parlamentares Impositivas da em conformidade com a Lei nº 17.875, de 26 de dezembro de 2019 - Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado de Santa Catarina relativa ao exercício de 2020, sendo vedada a utilização dos recursos transferidos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais relativas a servidores ativos, inativos e pensionistas e com serviço da dívida pública.

§ 2º Os recursos transferidos para atendimento das emendas de Saúde, Educação e Demais Funções Governamentais, observarão as vinculações quanto às funções governamentais do repasse mencionado, cujas transferências serão empenhadas em subações que atendam a finalidade de emendas parlamentares impositivas consignadas nos orçamentos do Fundo Estadual da Saúde quanto ao Anexo I, da Secretaria de Estado da Educação quanto ao Anexo II e do Fundo de Apoio aos Municípios no que se refere ao Anexo III, do exercício de 2020.

§ 3º Os repasses ocorrerão em 2 (dois) lotes, nos meses de julho (até 31 de julho de 2020) e agosto (até 14 de agosto de 2020), conforme faixa de valores atribuídos a cada emenda apresentada pelo Autor da Emenda, segregadas nos Anexos I, II e III em Seções, conforme segue:

- I. Seção A – emendas parlamentares impositivas aos Municípios com valores inferiores a duzentos mil reais;
II. Seção B – emendas parlamentares impositivas aos Municípios com valores de duzentos mil reais e superiores.

Art. 2º Fica definido que as emendas serão depositadas em domicílios bancários distintos para recursos destinados a função Saúde, à função Educação e outro para as contemplar os recursos das demais funções governamentais, abertos especificamente no Banco do Brasil para o recebimento de emendas parlamentares impositivas estaduais pelos Municípios, devendo os domicílios bancários serem